



## **Trajatória política da agroecologia na Bahia** *Political trajectory of agroecology in Bahia*

AVILA, Mario Lucio<sup>1</sup>; SOUZA LEITE, Carlos Eduardo<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Universidade de Brasília, avila@unb.br; <sup>2</sup> SASOP, caesleite@gmail.com

### **Eixo temático: Políticas públicas e agroecologia**

**Resumo:** O estado da Bahia, destaca-se por sua dimensão territorial, riquezas naturais, multiplicidade de biomas e de expressões culturais, pelo contingente de agricultores familiares e por suas contribuições ao debate político da agroecologia. Diferentes arranjos em redes, articulações e frentes populares constroem estratégias, executam ações e fortalecem a agenda política em constante movimento entre sociedade civil, instâncias governamentais e organismos internacionais. A trajetória aponta expressivo número de iniciativas originadas nos movimentos sociais e acadêmicos dos anos 80 que militam em temas como a convivência com o semiárido, as sementes crioulas, a superação da fome e da pobreza, a assistência técnica aos agricultores familiares, o enfrentamento das monoculturas, o uso indiscriminado de agrotóxicos e inovações em sistemas agroflorestais e pecuários. Além dessas iniciativas, o governo estadual nos últimos cinco anos tem apostado na estratégia territorial de desenvolvimento e na agricultura familiar como lócus de experiências de gestão.

**Palavras-chave:** semiárido; convivência; redes; articulação; políticas públicas.

**Keywords:** semiarid; coexistence; networks; articulation; public policy.

### **Introdução**

A construção da Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica na Bahia é uma agenda em desenvolvimento nos últimos oito anos, fruto de articulações e arranjos de diferentes atores e sedimentada na estratégia de construir bases sólidas para sua existência. Influenciada pela Política Nacional (PNAPO) de 2012, a ação pública (Lascoumes e Les Gales, 2012) no estado baiano vem mobilizando instituições, representações, instrumentos e atores em processos dinâmicos que se constituem enquanto ação e reflexão.

Embora ainda não tenha uma Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica, a Bahia tramitou o projeto de Lei nº 20.114/2012 de autoria do Deputado estadual Paulo Azi e mais recente o Projeto de Lei 21.916/2016 de autoria do Deputado estadual Marcelino Gallo que institui a PEAPO.

É importante ressaltar que a semelhança de outras unidades da federação, na Bahia a promoção da agroecologia se dá majoritariamente por vias não governamentais, mas que alcançam espaços e repercussões nos espaços governamentais. Desta forma, destaca-se um conjunto de atores que consolidaram estratégias de redes para fortalecer ações e empreender esforços na agenda política visando



institucionalizar a questão agroecológica, angariaram apoio no espaço acadêmico e alcançaram eco na agenda política.

Este texto, portanto, procura apontar a trajetória política da agroecologia no estado da Bahia, evidenciando os principais marcos e atores, bem como um breve debate acerca da construção da estratégia da Articulação de Agroecologia da Bahia (AABA).

## **Metodologia**

A pesquisa foi realizada no marco do Projeto Monitora<sup>1</sup> e dos estudos da Rede Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural na América Latina (Rede PP-AL) e realizada a partir de informações coletadas por meio de análise documental e de entrevistas semiestruturadas com atores e gestores, além da contribuição direta de informantes que dedicaram esforços na reflexão e escrita do texto. As entrevistas foram realizadas durante o mês de dezembro de 2018 e completadas durante o mês de março de 2019.

## **Resultados e Discussão**

A Bahia é diversa e tipicamente rural, possui o maior número de agricultores/as familiares do país, tendo mais de 760 mil agricultores/as familiares (IBGE, 2017), além disso 90% dos municípios baianos possuem características rurais, podendo ser considerados municípios rurais. Esse contingente correspondendo a 87% dos estabelecimentos agrícolas do estado. O valor bruto da produção dessas famílias ultrapassa R\$ 3,7 bilhões. Os principais alimentos fornecidos por esses trabalhadores são feijão (83%), carne suína (76%) e milho (44%). Ainda, sabe-se que 90% do cacau produzido no estado advém da agricultura familiar e 70% do cacau brasileiro provem da Bahia. Grande parte do incentivo a agricultura familiar na Bahia vem do reconhecimento das diferenças regionais que o estado apresenta.

Assim, o território passa a ser concebido como unidade de planejamento e execução das políticas públicas levando em consideração a participação dos atores sociais e suas demandas. Neste caso, a agricultura familiar e a agroecologia ganham voz e vez.

---

<sup>1</sup> O Projeto Monitora é uma cooperação técnico-científica e institucional entre a Secretaria de Agricultura Familiar (SAF/MAPA) a Fundação Universidade de Brasília (FUB), por meio do Centro de Gestão e Inovação na Agricultura Familiar (CEGAFI) da Faculdade UnB Planaltina e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA). Entre seus objetivos encontra-se: monitorar, avaliar e dar suporte à coordenação das políticas públicas de assistência técnica e extensão rural, comercialização, fomento produtivo individual e fomento produtivo coletivo no escopo da segunda fase do Projeto Dom Helder Câmara.



Com a criação de um conjunto de organizações de assessoria à agricultura familiar no Semiárido e na Mata Atlântica, adotando o enfoque agroecológico, há uma expansão da proposta para além das experiências locais. Na primeira, década dos anos 2000, no plano nacional, ocorreu o surgimento da ANA (Articulação Nacional de Agroecologia). Sua principal estratégia inicial foi a valorização das experiências locais de promoção da agroecologia sob o protagonismo de agricultores e agricultoras experimentadores. Neste sentido, há uma sinergia entre as dinâmicas nacionais e as dinâmicas territoriais e estaduais. No Nordeste, a ASA passa a ser o espaço articulador dos momentos de mobilização para os Encontros Nacionais de Agroecologia, os ENAs e na Bahia, não é diferente: a ASA mobilizou as organizações e agricultores experimentadores para participação no II ENA, em Recife-PE no ano de 2006.

Com a expansão das experiências nos territórios da Mata Atlântica, para além da região Semiárida baiana, e a necessidade de aprimorar a construção de conhecimentos no campo da agroecologia, assim como promover uma incidência no campo das políticas públicas, um conjunto de organizações decide pela criação da Articulação de Agroecologia na Bahia (AABA), em 2012. Esta articulação surge com o foco principal de dar visibilidade aos desafios de construção de ações, programas e de uma política voltada para a promoção da agroecologia no estado.

Com o surgimento da AABA, outros espaços de construção de agroecologia vão se visibilizando como a “Teia dos Povos” e, mais recentemente, a Rede Povos da Mata de Agroecologia. Ambas iniciaram sua ação na mata atlântica baiana. A força do campo agroecológico se intensifica com redes e articulações de diferentes origens, que vão construindo objetivos e estratégias comuns.

O ápice deste processo se deu no II Encontro Estadual de Agroecologia, em maio de 2018, com o tema “Diálogo entre Biomas”, neste momento congregando diferentes redes, articulações e movimentos sociais.

A trajetória da agroecologia na Bahia está representada na figura 01 onde estão também apontados os marcos legais e ações estatais relativas ao tema.

## **Conclusões**

Do diálogo entre as diferentes expressões da agroecologia no campo e na sociedade civil, emerge, com forte apoio da experiência nacional da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e da PNAPO, a proposta de uma Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica na Bahia.

A noção compartilhada entre sociedade civil organizada e setores do legislativo e executivo do governo estadual quanto a importância de uma política estadual de agroecologia é a representação do esforço coordenado pela ANA com importantes contribuições de outros arranjos como a ASA, o Fórum Baiano de Agricultura

**XI CBA**  
**Congresso**  
**Brasileiro de**  
**Agroecologia**  
Ecologia de Saberes:  
Ciência, Cultura e Arte na  
Democratização dos  
Sistemas Agroalimentares



Familiar, as ações em favor das sementes, raças e mudas crioulas e demais esforços com importante articulação feita pelo SASOP. Esta representação se institucionaliza como a Articulação de Agroecologia na Bahia.

Essa proposta analisada aqui de forma preliminar, enquanto a Lei não é sancionada é importante pois em grande medida, ela (PEAPO) será responsável por avançar na consolidação e assegurar espaços de disputas por orçamento, reconhecimento e engajamento da Bahia com a agricultura familiar e a agroecologia como ações de Estado e não apenas do governo atual.





### **Agradecimentos (opcional)**

Esse artigo é resultado de uma pesquisa realizada no marco dos projetos Monitora (SAF/MAPA – UnB e FIDA) e da Rede Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural na América Latina (Rede PP-AL). Os autores agradecem o apoio dessas instituições.

### **Referências bibliográficas**

LASCOUMES, Pierre; LE GALÈS, Patrick. **Sociologia da ação pública**. Editora da Universidade Federal de Alagoas, 2012.

BAHIA. Assembleia Legislativa. **Projeto de Lei PL 21916/2016**. Institui Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica Disponível em: <[https://www.al.ba.gov.br/fserver/:docs:Proposicoes2016:PL\\_\\_21\\_916\\_2016\\_1.rtf](https://www.al.ba.gov.br/fserver/:docs:Proposicoes2016:PL__21_916_2016_1.rtf)>. Acesso em: 07 mar. 2018. Texto Original.